



MULHERES NA GESTÃO DE CTG'S: O PERFIL DAS PATROAS NO RIO GRANDE DO SUL

CUNHA, Lília Sabrina
LA SALLE, CANOAS RS
lilia.sabrina@hotmail.com

KARAWEJCZYK, Tamara Cecilia

RESUMO

Os Centros de Tradições Gaúchas do Rio Grande do Sul surgiram como uma entidade só de homens como um galpão simbólico, onde inicialmente as mulheres não foram convidadas a participar. Apesar das limitações, as mulheres não só adentraram o espaço dos CTG's como hoje podem ser vistas ocupando a função de patroas. Como objetivo geral, este trabalho tem por finalidade apresentar o perfil das mulheres que ocupam a posição de patroas em CTG, evidenciando resultados como: o fato de terem sido a primeira mulher patroa na entidade em questão, essa entidade ser uma das mais antigas na região em que se localiza. Houve incidência de formação acadêmica para a maioria delas assim como a conciliação dessa função com atividades profissionais. Além desses resultados apresentaram-se também as trajetórias percorridas por essas mulheres dentro do Tradicionalismo como forma de entender o que possibilitou a entrada no CTG de modo que posteriormente obtivessem condições de assumir a função de patroas.

Palavras-chave: Centros de Tradições Gaúchas. Mulher. Patroa.

ABSTRACT

The Centers for Gaucho Traditions emerged as an entity of men as a symbolic shed where women were not initially invited to participate. Despite the limitations, women not only entered the space of CTG's today can be seen as occupying the role of mistresses. As a general goal, this study aims to present the profile of women who occupy the position of mistresses in CTG, showing results as the fact of having been the first woman boss in the entity, that entity is one of the oldest in the region in which it is located. There was incidence of academic training for most of them as well as the reconciliation of this function with professional activities. Beyond these results also presented the paths traveled by these women within the Traditionalism as a way to understand what made possible the entry CTG so later obtain a position to assume the role of mistresses.

Key-words: Centers Gaucho Traditions. Woman. Mistress.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, em virtude da globalização, o setor cultural passou a alvo de grandes modificações. Entre elas está o aumento de estudos relacionados aos mais diversos ambientes de cultura. Os Centros de Tradições Gaúchas enquadram-se como instituições culturais porque são caracterizados por sua natureza jurídica, segundo o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) como “*Associação Privada com atividade principal sempre relacionada à cultura, arte e lazer*” (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2013).



Ao trabalhar com as manifestações da cultura do Rio Grande do Sul, o CTG possui, como um de seus maiores desafios, a capacidade de atrair cada vez mais pessoas e mantê-las como frequentadoras assíduas, caso contrário não sobrevive. Cirne (2013) enfatiza que, para isso acontecer, é preciso manter o CTG organizado com pelo menos a maioria de seus departamentos funcionando. Conseqüentemente, esse parece estar entre um dos maiores desafios de quem ocupa a função de patrão.

Como objetivo geral, este trabalho tem por finalidade apresentar os perfis das mulheres que alcançaram a função de patroas em Centros de Tradições Gaúchas no Estado do Rio Grande do Sul. Este estudo é o recorte de uma pesquisa preliminar, que faz parte do projeto de dissertação para o Programa de Pós Graduação do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle e pertence a linha de pesquisa Memória e Gestão Cultural. A abordagem utilizada foi a qualitativa através do instrumento de coleta de dados que consistiu de um questionário com questões qualitativas com o objetivo de adquirir os dados primários da pesquisa, ou seja, o perfil das entrevistadas. Para a análise dos dados, as respostas foram analisadas e descritas de maneira absoluta. Os dados foram tratados quantitativamente através de planilhas no Programa Excel e, por fim, as respostas descritivas, oriundas do questionário, foram agrupadas. Essas respostas compuseram um perfil das entrevistadas.

Esta introdução é seguida de uma seção relacionada ao referencial teórico deste artigo, onde são expressos estudos históricos acerca do surgimento dos primeiros Centros de Tradições Gaúchas a partir do surgimento efetivo de um Movimento Tradicionalista Gaúcho assim como a entrada da mulher no CTG através de sua inserção em atividades no Tradicionalismo de modo geral. Por fim, o artigo discute as implicações preliminares dos resultados encontrados.

O SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS ENTIDADES TRADICIONALISTAS E O MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO

No final do século XIX, a ideia de mobilização e de união das potencialidades do sentimento nativista gaúcho começou a criar corpo, a tomar formas. Ferreira (2005) afirma que tradição gaúcha existe desde que existe o Rio Grande do Sul, porém salienta que o real desejo de institucionalizar a tradição para transformá-la em Tradicionalismo, que é um Movimento, surgiu somente quando se percebeu a ameaça de abandono dos usos e costumes do Estado Gaúcho.



Segundo Oliven (2006), foram duas as grandes tentativas de se constituir um movimento tradicionalista. A primeira delas ocorreu em 1868, fundada em Porto Alegre por um grupo de intelectuais e escritores. Tratava-se de uma sociedade de homens letrados que tentavam juntar os modelos culturais europeus com a visão positivista do Rio Grande do Sul, exaltando assim a face positiva da cultura do Estado que passou a ser chamada de Partenon Literário.

Na capital Porto Alegre, em 1898, também surgiu a primeira agremiação tradicionalista, o Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, voltado para a promoção de festas, desfiles de cavalarianos, palestras e outras atividades ligadas ao culto das tradições. O fundador do Grêmio Gaúcho foi o Major João Cezimbra Jacques, um homem modesto que havia sido soldado na Guerra do Paraguai (OLIVEN, 2006).

Tanto o Partenon Literário e Grêmio Gaúcho eram formados por pessoas interessadas em manter as tradições, na época ameaçadas pelo advento da modernidade. O Grêmio Gaúcho tinha como preocupação unificar as comemorações dos acontecimentos grandiosos com os bons traços característicos da época, sendo ele, então, o precursor dos Centros de Tradições Gaúchas. Savaris (2012) afirma que o Grêmio Gaúcho foi uma Entidade criada em 22 de maio de 1898, liderada por João Cezimba Jacques, major do Exército Nacional, com o objetivo de voltar-se às tradições do Rio Grande do Sul.

Para Savaris (2012), essa Entidade marca o início oficial de uma série de ações e posterior criação de outras Entidades voltadas ao mesmo tema. O autor afirma que o responsável pelo surgimento do Tradicionalismo vivido hoje é consequência da criação do Grêmio Gaúcho e lamenta o fim de sua existência anos após.

Em virtude da Segunda Guerra Mundial, o ditador Getúlio Vargas havia proibido no Brasil o uso de símbolos estaduais como o hino, a bandeira e o brasão. Após o final da Guerra, em 1945, com a derrubada de Vargas e com a volta da democracia, os símbolos estaduais gaúchos tardaram a aparecer.

Savaris (2012) afirma que o “35” CTG foi a consequência mais importante das atividades iniciadas em 05 de setembro de 1947, quando o chamado “grupo dos oito” recebeu os restos mortais de David Canabarro – considerado herói da Revolução Farroupilha – trasladados de Santana do Livramento para Porto Alegre. A menos de quatro meses após a criação deste pioneiro, surge, na cidade de Taquara, o CTG Fogão Gaúcho. Dessa data até os



dias atuais, são muitos os Centros de Tradições criados e todos eles seguem o mesmo modelo criado em 1948, onde precisam respeitar desde a estrutura física até a organizacional.

Para organizar a tradição como um Movimento, foi criado o Movimento Tradicionalista Gaúcho, que funciona como Federação das entidades tradicionalistas, hoje representado por mais de 1500 Centros de Tradições Gaúchas, devidamente registrados (FAGUNDES, 2002). Essas entidades têm como objetivo principal manter acesas as tradições advindas da Revolução Farroupilha, época em que o Estado gaúcho foi criado.

Hoje, portanto, o estado do Rio Grande do Sul é reconhecido como berço do tradicionalismo e, com base nisso, é que Fagundes (2002) embasou sua afirmação de que quando existe Tradicionalismo fora do RS, ainda assim é a atuação propriamente do gaúcho, que estende os braços, a fim de estreitar relações em outros estados e países, a fim de não permitir que a cultura se perca (FAGUNDES, 2002).

Nesse contexto, passou a chamar-se de gaúcho, ou gaúcha, todas as pessoas nascidas no Rio Grande do Sul. Para isso, conforme explica Oliven (2006), houve uma readaptação do termo, que antes era sinônimo de um homem desviante e marginal para apropriá-lo a um novo sentido, este positivo, transformado em símbolo de identidade regional e, com isso, o “gaúcho” passou a ser empregado pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho com esse forte imaginário.

O Movimento Tradicionalista Gaúcho, portanto, é um órgão que disciplina e orienta as atividades das entidades associativas, legalmente constituídas, conhecidas como Centros de Tradições Gaúchas (MTG, 2013). Para que o MTG possua informações atualizadas acerca dos CTG existentes, é preciso que cada Entidade direcione suas informações a cada alteração. A exemplo disso, cita-se a mudança de patronagem e a data de fundação de um novo CTG. Sem essas informações, o MTG não possui condições de sozinho administrar todas as Entidades.

Efetivamente, o Movimento Tradicionalista Gaúcho iniciou a partir da criação do “35” CTG, porém foi a partir da criação do segundo CTG que iniciou a extraordinária expansão tradicionalista. Em busca de dar sustentação às Entidades Tradicionalistas que surgiam e as que viriam a surgir, foi realizado o primeiro Congresso Tradicionalista Gaúcho, na cidade de Santa Maria, em 1954 (SAVARIS, 2012).



MULHER E O MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO: CONTRIBUIÇÕES DE MULHERES QUE LUTARAM PELO DIREITO DE “TORNAREM-SE” TRADICIONALISTAS

A história do Tradicionalismo do Rio Grande do Sul liga-se diretamente à Revolução Farroupilha, ocorrida em 1893, pois é nesse período que surgiram as primeiras ideias sobre a necessidade de valorizar a cultura, preservar a prática dos costumes típicos e originários da terra gaúcha (SAVARIS, 2012).

Apesar de ser caracterizada como uma história majoritariamente masculina, a Revolução Farroupilha marca o início da atuação feminina na vida social do Rio Grande do Sul. Em virtude disso, para que seja possível pensar sobre a participação das mulheres no tradicionalismo, é imprescindível manifestar um entendimento inicial sobre a trajetória das mulheres gaúchas na Revolução Farroupilha até os dias atuais.

A figura mais citada durante esta Revolução foi a de Anita Garibaldi, que esteve ao lado de seu marido, Giuseppe, durante todo o período da guerra, também conhecida como Guerra dos Farrapos. Inconformada com a limitação do ambiente doméstico, Anita Garibaldi lutou contra o tempo e a espera incansável a qual tantas mulheres eram submetidas enquanto aguardavam seus maridos e filhos retornarem aos lares.

Segundo Ribeiro (1985), somente em relação à Anita Garibaldi pode-se falar em participação direta da mulher na Revolução Farroupilha, pois, segundo o autor, somente a respeito dessa jovem heroína é que existe bibliografia disponível registrando sua breve e apaixonante vida. Outras mulheres também tiveram suas histórias registradas, mas todas elas ligavam-se à literatura da época, participação não condizente com o perfil de Anita (RIBEIRO, 1985).

A respeito das mulheres gaúchas de maneira geral, Del Priore (2004) enfatizava que as mulheres gaúchas eram dotadas de características específicas que, segundo ela, as caracterizava como mulheres fortes. A autora observava ainda que as mulheres do Sul eram, além de donas de casa, estancieiras que tomavam as rédeas das situações e dos negócios que antes eram comandados por homens, pois com o advento das guerras, elas precisaram substituí-los. Esse relato evidencia a atuação de outras mulheres durante a Revolução Farroupilha, porém essas na condição de responsáveis por assumir todas as responsabilidades da vida privada e pública durante a ausência dos homens em período de guerra.



Desviando-se do padrão de comportamento submisso comumente adotado pelas esposas da época, Anita Garibaldi contrariou costumes ao abandonar o primeiro marido, a cidade onde morava e a relativa estabilidade de sua vida simples em busca de um amor que acreditou ser verdadeiro. Apesar de a sociedade criticar e até mesmo desconhecer o direito ao amor espontâneo, Anita libertou-se de preconceitos e partiu para uma nova vida que a levaria à prática dos maiores sacrifícios (RIBEIRO, 1985).

Apesar de escassa, a literatura tradicionalista gaúcha sempre que faz referência à mulher, coloca-a em um lugar privilegiado, justamente por sua atuação no período de guerra, quando foi a responsável pela manutenção da vida privada, até que seus maridos e filhos retornassem aos lares:

As heroínas da resistência gaúcha garantiram, no dia a dia, a perpetuidade da história que o gaúcho construiu. A atuação indireta dessas mulheres também se registrou com sangue e idealismo, aos quais se unia incomparável lealdade (FLORES *et all*, 1985,p. 39).

Por outro lado, mesmo sendo colocada por vezes nesse espaço privilegiado, há forte tendência em abordar a mulher através de uma atuação oculta e sem evidências. Flores *et all* faz a seguinte afirmação quando se refere à missão que a mulher farrapa cumpriu: “[...] a de ser parte fundamental de um todo heroico, pois, ainda que indireto, o papel da mulher na Revolução Farroupilha constituiu-se num dos pilares da vitalidade gaúcha.” (FLORES *et all*, 1985, p. 39).

A Revolução Farroupilha incumbiu-se de colocar as mulheres em um desafio arriscado diante da vida, porém, por mais ameaçadoras que se tenham apresentado as circunstâncias, elas souberam manter-se firme. Mesmo diante de situações adversas, a mulher soube se transformar em benefício das motivações que justificaram a Revolução (FLORES *et all*, 1985).

Durante esse período, o valor da mulher farroupilha foi testado, submetendo-a a necessidades e adversidades, quando não existia nada além da incerteza diante da guerra. Segundo Flores *et all* (1985):

Constituiu-se a mulher farroupilha numa força poderosa, semi-oculta, mas efetiva: um olhar sensível sobre nossa História nos faculta a percepção da mulher como lutadora de valor e companheira de primeira ordem (FLORES *et all*, 1985, p. 46).



Anita Garibaldi não só marca a presença feminina na Revolução Farroupilha, como também representa um marco inicial para uma posterior atuação das mulheres no Tradicionalismo, tendo em vista que, anos após, seriam registradas outras participações, tão significativas quanto essa.

Para entender a entrada da mulher no Tradicionalismo, faz-se necessário entender o que se entende por mulher tradicionalista. Segundo Silva (2007), para os integrantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho, a mulher tradicionalista é aquela que compartilha a cultura gaúcha, que participa ativamente do movimento, de um centro de tradições gaúchas. Por outro lado, este autor sustenta que a mulher tradicionalista é toda aquela que participa ativamente do movimento seja de uma forma ou de outra, com o objetivo de valorizar e prosperar a disseminação da cultura do Rio Grande do Sul (SILVA, 2007).

Rastros históricos deixaram evidências de que mulheres gaúchas, de fato, mesmo sendo nascidas no Rio Grande do Sul e terem afinidade com as ideias do Movimento, precisaram batalhar para ter o direito de participar de um Movimento que dizia respeito ao seu Estado de origem e à sua cultura. Lutaram pelo direito de “tornarem-se” Tradicionalistas. O MTG, por sua vez, iniciou com a finalidade de manter e preservar a Tradição do Estado e, mesmo sem que houvesse uma regra de que o CTG serviria somente aos homens, isso prevaleceu por um ano.

De acordo com Dutra (2002), a presença feminina no CTG não era imaginada no início do Movimento Tradicionalista que se estabeleceu a partir do núcleo estudantil do Colégio Júlio de Castilhos e do "35" CTG nos anos de 1947/48. Dessa forma, a estruturação do Movimento que estava surgindo não previa a participação das mulheres, inclusive as reuniões que foram realizadas após as comemorações de 20 de setembro de 1947 foram exclusivamente masculinas.

A partir desses encontros surge, então, o "35" CTG, fundado em 1948 como uma entidade só de homens, um "galpão simbólico", o qual, dentro da unidade econômica da estância, era um espaço masculino, o lugar dos peões. Essa ideia de galpão refletia nos rumos do Movimento, especialmente no que se refere às mulheres, que inicialmente não foram convidadas a participar (DUTRA, 2002).

Ora, mas se hoje é possível falar em mulher tradicionalista referindo-se a toda mulher que compartilha a cultura gaúcha e frequenta ambientes Tradicionalistas, é preciso



entender como de fato ocorreu a entrada das mulheres no CTG, tendo em vista que esse foi um lugar criado para acolher, unicamente, homens.

Segundo Borghetti (2010), em 1947, quando foi criada a primeira ideia de Movimento Tradicionalista, não havia nenhum grupo formado, eram apenas jovens interessados no Tradicionalismo. Eles se reuniam na casa de “*um e de outro*”. Borghetti (2010) cita João Carlos D’Ávila Paixão Côrtes, Luis Carlos Barbosa Lessa, Cyro Dutra Ferreira e Glauco Saraiva como sendo os pioneiros que fizeram praticamente todo o início do Movimento Tradicionalista Gaúcho e que somente dois anos depois é que a primeira prenda pisou junto ao núcleo, onde aconteciam as reuniões que os homens faziam. As mulheres, segundo ele, tardaram a entrar no Movimento Tradicionalista Gaúcho por serem muito vigiadas naquela época, especialmente pelos pais.

Joana Maria Pedro (2004, p. 317) afirmou que, a partir do século XX, as mulheres ganharam destaque em atividades cultural e sócio beneficente. De educadoras e mães passaram, também, a serem transmissoras da cultura, a figurarem como dignas de participar da sociedade civil e a animarem encontros sociais. Essas modificações ocorridas na história da mulher no mundo traduzem também a trajetória da mulher no Rio Grande do Sul, a mulher gaúcha.

Apesar dos estereótipos existentes que determinavam comportamentos e espaços de atuação para as mulheres, Joana Maria Pedro (2004, p. 315) reitera que o que se observou no Rio Grande do Sul foi uma pluralidade de vivências das mulheres que, nas diferentes camadas sociais, impossibilitavam qualquer caracterização.

Cyra Ferreira (2010) conta sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para que tivessem a entrada permitida no Movimento:

A nossa entrada como mulher no Tradicionalismo não foi muito fácil, porque os homens achavam que aquilo era um encontro de homens onde eles diziam palavrões, e as mulheres não estavam bem naquele lugar. Mas, nós, muito teimosas, eu já namorava meu marido (Cyro Dutra Ferreira) e assim foi indo, e nós fomos indo. E o meu pai foi ver aonde que nós íamos sábados à tarde. Aí, ele viu que era um encontro de rapazes com ideias gauchescas, nós ajudávamos no chimarrão, nós enchíamos chimarrão, né. Quando tinha reunião, nós sentávamos na cadeira de trás, mas fomos indo, fomos indo [...] (DVD CIRANDA CULTURAL DE PRENDAS, 2010).

Assim, o grupo foi aumentando e passou a vivenciar situações muito marcantes como, por exemplo, o dia em que elas chegaram ao local da reunião e encontraram Inezita



Barroso, figura importante na sociedade. Segundo Cyra Ferreira, depois disso, “ninguém mais as segurou” (03MIN33).

Sobre os primeiros eventos promovidos pelas mulheres no Movimento, Alda Borghetti relembra:

Nós não tínhamos uma sede, nem dinheiro para construir. Foi aí que nós começamos os jantares, os jantares que nós comprávamos o material [...] nós comprávamos, fazíamos em casa, levávamos para o 35 e pagávamos para comer (DVD CIRANDA CULTURAL DE PRENDAS, 2010).

Cyra Ferreira (2010) atribui à humildade o fato de a participação das mulheres ter se mantido no Tradicionalismo, pois, segundo ela, mesmo participando ao lado dos homens, continuaram cumprindo suas demais atribuições, o que para ela representa algo muito importante. E reafirma que se simplesmente um sentimento de disputa tivesse sido incentivado, o Tradicionalismo não teria se mantido:

Não sei se foi com essa humildade que a gente entrou no Tradicionalismo e frequentou, se foi com essa humildade que a coisa cresceu [...] por que se tivesse subido pra cabeça: ah, ela deve ter sido primeira prenda, não, primeira prenda sou eu! ...Não teria chegado onde está hoje (DVD CIRANDA CULTURAL DE PRENDAS).

Borghetti (2010) afirma que, em termos de história dos Concursos de Prenda, o primeiro deles aconteceu em 1959, fora do Movimento Tradicionalista Gaúcho, por iniciativa da Rádio Gaúcha, do Jornal Última Hora e da Varig, que realizaram o Concurso da Mais linda Prenda do Rio Grande do Sul. Relembra que foi um evento muito prestigiado com 31 candidatas concorrendo e que, através da rádio e dos jornais, foi muito comentado, e a ganhadora foi Marly Guimarães Zwestch.

Ainda segundo Borghetti (2010), o Movimento Tradicionalista Gaúcho começou a pensar com mais seriedade no Concurso de Prendas somente em 1968, quando o primeiro concurso foi promovido pelo Movimento com o nome de Primeira Prenda do Rio Grande do Sul. A vencedora foi Nara Iná Bandeira. O primeiro concurso oficial ocorreu em 1971, na cidade de Quaraí, onde somente cinco candidatas participaram. A partir de 1985, nas convenções realizadas pelo Movimento, criaram-se regras para os concursos, onde foram estabelecidas as idades para cada concurso, sendo hoje os concursos destinados a prendas adultas, jovens e mirins, nos quais participam também as meninas.



Sobre a importância de ser prenda tanto diante da sociedade civil como da tradicionalista, Andressa Pagnussat (2010) fala em seu depoimento para o DVD “40 anos – Ciranda Cultural de Prendas”:

O concurso de prendas valoriza o potencial da mulher, como fonte de sabedoria e conhecimento. E isso basta para ser referência para toda a sociedade, ora a frente de governantes, na realização de eventos, de projetos, apresentando a declamação, o canto, a dança enfim, cultivando as nossas tradições, através da sua raiz, da sua cultura, da sua história. Eu posso dizer que a prenda é uma multimulher por reunir todos esses atributos numa só pessoa, num só momento [...] (DVD CIRANDA CULTURAL DE PRENDAS, 2010).

204

De acordo com registros de Paixão (1995), foi em 1949, um ano após a criação do “35” CTG, que houve uma maior preocupação sobre a ausência das mulheres dentro da entidade. A mulher obteve, de fato, permissão para participar de CTG após a criação da primeira Invernada das Prendas, onde então as irmãs e namoradas dos atuais frequentadores começaram a participar. Alguns anos depois, outras mulheres foram sendo autorizadas por seus pais a também frequentarem o ambiente.

Nora Ferreira (2010) relembra as tentativas de participação das mulheres:

[...] o movimento começou em 48, né?! eles, os homens; e aí em 49 já, o Paixão começou a ensinar as danças ali na minha casa [...] no porão, então ali nós já estávamos participando, só nas danças. Mas aí não tinha sede ainda. A gente ajudava muito na parte da secretaria, na parte da tesouraria, varria, varria, depois quando terminava varria todo o salão... é, éramos nós, né?! Eles ajudavam às vezes, também! (DVD CIRANDA CULTURAL DE PRENDAS, 2010).

A mulher esteve presente no Movimento Tradicionalista Gaúcho desde sua criação, embora sua presença seja mais evidente nos dias atuais. Observa-se que o Movimento Tradicionalista Gaúcho, acompanhando as modificações do cenário mundial, também foi alvo de muitas transformações.

Torna-se importante citar que a denominação “patroa” foi reconhecida no Regulamento Geral do Movimento Tradicionalista Gaúcho, somente em 2008, durante a 73ª Convenção Tradicionalista Gaúcha, quando foi determinado que a mulher, ao tornar-se dirigente máximo de entidade tradicionalista, receberia essa denominação. Até então, a mulher eleita como patroa era chamada de “a patrão”. O substantivo patroa era atribuído somente às esposas dos patrões.



A esse respeito, é conveniente citar o registro de Silva (2007, p. 36), que, em sua monografia, ao explorar referências acerca da mulher tradicionalista citadas no jornal Zero Hora durante o ano de 2006, encontrou a seguinte notícia: “*O patrão do CTG é uma prenda*”, utilizando-se o substantivo ainda no masculino. Além disso, não é possível afirmar a respeito da primeira mulher que ocupou essa função, pois nem mesmo o Movimento Tradicionalista Gaúcho possui tal informação.

Hoje, a atuação das mulheres que se identificam com a cultura gaúcha não se limita a participar dos eventos. Elas também marcam presença e atuam a cada dia em maior intensidade na sua organização, julgamento, coordenação, comissão e tantos outros cargos que existem dentro das entidades tradicionalistas, como, por exemplo, o de patroa, que tem sido muito ocupado por elas.

Paixão (1995, p.41) afirmava que o ingresso da mulher em cargos administrativos dentro do MTG ainda se mostrava muito acanhado, embora se observassem algumas participações como Patroa de CTG, Coordenadora Regional, Conselheira, Diretora de Departamento e Vice Presidente de Eventos. O autor afirma que a mulher de hoje tem mais consciência de seu papel ativo no contexto da sociedade e que, em função disso, possui mais facilidade em conquistar posições antes não atribuídas a ela. É o que se percebe na sociedade Tradicionalista cada vez em maior proporção.

ANÁLISE DO PERFIL DAS PATROAS

Quinze mulheres responderam ao questionário que foi composto por trinta e seis questões, entre elas, questões objetivas e dissertativas, visando uma primeira aproximação com a realidade das entrevistadas. Foi dividido em sete partes, devidamente separado por diferentes esferas que compõem trajetórias de vida e profissional, tendo sido denominadas: I) Sobre Você; II) Sobre sua Formação Escolar; III) Sobre sua Profissão; IV) Sobre sua Atuação no Movimento Tradicionalista Gaúcho; V) Sobre a Atuação como Patroa; VI) Sobre os Atributos de Competência; VII) Sobre a Continuidade da Pesquisa.

A faixa etária da maioria variou entre 30 a 49 anos, sendo que 40% possuía idade entre 50 e 69 anos, representando 40% delas, e somente uma das mulheres apresentou idade entre 18 e 29 anos.



Os períodos apurados com relação à época em que foram patroas evidenciaram uma maior incidência na década de 2010, encontrando-se dez patroas nesse período. Essa incidência permitiu obter informações bastante atuais, tendo em vista que algumas das entrevistadas exerciam o cargo de patroa no momento da entrevista. As décadas de 2000 e 1990 apresentaram incidência de duas mulheres, em cada uma. E um fato que chamou atenção foi a ocorrência de uma patroa na década de 1980, o que representa um dado importante, tendo em vista que não existe um levantamento prévio de quem tenha sido a primeira patroa mulher no Estado do Rio Grande do Sul.

Quando questionadas sobre terem sido a primeira patroa da Entidade, a maioria das entrevistadas respondeu que “Sim”, atingindo o percentual de 67%, ou seja, dez participantes. Esses resultados foram desencadeadores de expectativas acerca das experiências dessas mulheres em relação às outras cinco, que se tornaram patroas em Entidades gerenciadas anteriormente por outras mulheres e que representaram 33% do percentual restante.

Estimava-se que o pioneirismo pudesse ser um desafio enfrentado por aquelas mulheres que representaram pela primeira vez o feminino na Gestão do CTG, em relação àquelas que viriam posteriormente.

No aspecto “formação acadêmica” os resultados foram bastante distintos: cinco respostas apontaram formação Superior Completo. Três responderam Ensino Médio Completo. Possuindo Ensino Fundamental Incompleto foram duas as respondentes e três afirmaram possuir apresentaram Pós- Graduação completa. Somente duas formações obtiveram uma incidência cada: Ensino Médio Incompleto e Técnico Contábil, respectivamente.

O questionamento sobre a formação das entrevistadas apresentou resultados diversos. A maioria delas é professora, profissão respondida por quatro representantes. Cada uma das profissões: do lar, bancária e advogada obtiveram três respostas cada. E cada umas das demais: cuidadora de idoso, agricultora, produtora cultural, coordenadora de segurança do trabalho e costureira alcançaram uma incidência somente. Nessa seção, também houve a indicação da profissão Policial Militar, com a incidência de uma patroa que possui e exerce mais de uma profissão.

As entrevistadas foram questionadas sobre a primeira vez que frequentaram um CTG, em busca de obterem-se informações iniciais sobre suas possíveis trajetórias no Tradicionalismo, pois se imaginava que todas fossem participantes do Tradicionalismo.



Os resultados reafirmaram essa expectativa: o mesmo número de mulheres afirmou ter frequentado um CTG pela primeira vez durante a infância e a adultez, fases essas que receberam 40% das respostas cada uma. Somente três responderam ter frequentado pela primeira vez na adolescência.

Com relação às funções exercidas no CTG antes de serem patroas, as respostas mostraram as mais variadas funções, algumas entrevistadas assinalando, inclusive, mais de uma resposta, o que fortalece o discurso de Paixão (1995), quando afirma ser necessário que a mulher tradicionalista possua uma trajetória no Tradicionalismo para alcançar a função de patroa.

A função que recebeu maior frequência, obtendo frequências iguais nas respostas, foram as de Responsável pela Invernada Cultural e Coordenadora Cultural, com seis respondentes, ambas alcançando o percentual de 40%.

O Percentual de 27% prevaleceu nas funções de Vice-patroa e Responsável pela Invernada Artística, com quatro marcações para cada uma. Três afirmaram ter sido Avaliadoras em Concursos, representando 20% da amostra. O percentual de 13% apresentou-se às funções de Agregada das Pilchas, Assessoria Jurídica, Conselho Fiscal e nenhuma função. Aqui, o percentual de respondentes que não exerceu nenhuma função antes de ser patroa foi de duas incidências, diminuindo, em relação às que responderam não ter participado de nenhuma atividade proposta pelo CTG, as quais foram oito.

As funções que ficaram com mais incidências idênticas foram: Capataz, Sota Capataz, Responsável pela Cozinha, Responsável pela Invernada Campeira e Responsável pela Invernada Social, obtendo somente uma frequência de resposta cada, atingindo percentuais de 7%.

Abriu-se, também, a alternativa “Outra(s)”, a qual obteve o maior percentual, de 47% numa frequência de sete respostas. Essa opção trouxe respostas bem diversificadas com duas incidências para “mãe de prenda”. As entrevistadas atribuíram que ser mãe de prenda também significa possuir uma trajetória, pois exige que estudem sobre o Tradicionalismo e a bibliografia exigida nos concursos e que isso permite obter conhecimento.

Outras respostas como: Diretora Cultural de Região Tradicionalista, Capataz Cultural na Entidade, Diretora de Departamento Jovem de Região Tradicionalista, Assessora Jurídica de Região Tradicionalista e Diretora de Cultura do Conselho Leopoldense de Tradições Gaúchas receberam uma indicação, cada.



Devido à imensa variedade de funções existentes no Tradicionalismo de modo geral, optou-se por contemplar no questionário somente aquelas existentes nas Entidades Tradicionalistas, abrindo-se a alternativa “outra(s)” para que fossem indicadas individualmente, evitando um questionário muito extenso e com possibilidades que talvez não seriam assinadas por nenhuma das participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo representou a primeira fase de achados de um estudo que busca aproximar-se da realidade das mulheres que alcançaram a função de patroas, entendendo suas características para posteriormente, evidenciar suas percepções a respeito do que é ser patroa em um Centro de Tradições Gaúchas.

A dissertação terá como objetivo geral a descrição das **trajetórias de vida e de profissão de mulheres que ocuparam a função de patroas em Centros de Tradições Gaúchas no Estado do Rio Grande do Sul** e, durante o desenvolvimento da pesquisa, perpassará pelo entendimento das trajetórias dessas mulheres como patroas bem como identificar os elementos que dificultam e facilitam suas atuações, identificando atributos de competência presentes no exercício da função.

O levantamento teórico evidenciou que os primeiros registros de participação da mulher no Movimento Tradicionalista Gaúcho surgiram em junho de 1949 (FERREIRA, 2005). De lá para cá, as mulheres interagiram, contrariaram e mudaram opiniões através de suas atitudes, já que não mais se conformam com o espaço determinado a elas, até então restrito ao lar, ao privado e aos afazeres domésticos.

Elas mudaram a sociedade e trouxeram suas contribuições para todas as esferas da vida pública, tendo em vista que hoje já não existem mais barreiras consideráveis às suas presenças, exceto nos casos em que sua integridade esteja sob ameaça, conforme previsto na Lei de proteção aos Direitos do Trabalho da Mulher.

Percebe-se que no Tradicionalismo as evoluções não foram diferentes, havendo um salto também nas participações dentro das Entidades Tradicionalistas. De cozinheiras, a participantes de Invernadas, as mulheres mantiveram suas presenças incontestáveis no apoio e manutenção das tradições gaúchas.

Um dado importante em termos históricos foi encontrado nessa pesquisa no que se refere à localização fidedigna de uma das primeiras mulheres a tornar-se patroa no RS. A



entrevistadas com idade superior a todas as demais, foi também patroa antes de todas as outras, na década de 1980, ou seja, quatro décadas após a primeira mulher ter a entrada permitida em um CTG. Essa informação evidencia que menos de meio século após o surgimento efetivo de um Movimento Tradicionalista Gaúcho, as mulheres já adentravam o CTG ocupando uma função sequer imaginada a elas. Analisando a participação da mulher na sociedade de um modo geral e considerando que estamos em um Estado onde tanto os comportamentos masculinos quanto a predominância do homem em diversos contextos ainda é evidente, podemos afirmar que as mulheres Tradicionalistas obtiveram conquistas em um tempo muito menor que o vivenciado em outras esferas da vida pública. A respeito disso, observam-se as evoluções tardias da mulher no mercado de trabalho, por exemplo.

REFERÊNCIAS

- BORGHETTI, Rodi Pedro. *40 ANOS – Ciranda cultural de prendas*. IN: DVD. Porto Alegre: Linea Produtora. 2010.
- CIRNE, Paulo Roberto de Fraga. *Ser Patrão e Administração de CTG*. 2ª Edição. Porto Alegre: Movimento Tradicionalista Gaúcho, 2013.
- FAGUNDES, Antônio Augusto. *Curso de Tradicionalismo Gaúcho*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.
- FERREIRA, Cyra Dutra. *40 ANOS – Ciranda cultural de prendas*. IN: DVD. Porto Alegre: Linea Produtora. 2010.
- FERREIRA, Cyro Dutra. *35 CTG: O Pioneiro do Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG*. Porto Alegre: Edições Renascença, 2005.
- FLORES, Hilda Agnes Hubner e outros. *A mulher na Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Editora Tchê, 1985.
- GAUCHO, Movimento Tradicionalista. *Alterações 73ª Convenção Tradicionalista Gaúcha*. Erechim, 2008.
- GAUCHO, Movimento Tradicionalista. *Regulamento Geral*. Porto Alegre: MTG, 2013.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil nação*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.
- PAGNUSSAT, Andressa. *40 ANOS – Ciranda cultural de prendas*. IN: DVD. Porto Alegre: Linea Produtora. 2010.
- PAIXÃO, Darcy. *A Prenda Tradicionalista*. II Edição. Santa Maria: Editora Palotti, 1995.



PEDRO, Joana Maria. *Mulheres do Sul*. In: PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. 7ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. 7ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. *Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica*. Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp. Acesso em: 22 dez. 2013.

RIBEIRO, Niamara Pessoa. *Heroínas da Resistência Gaúcha*. IN: O papel da mulher na Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Editora Tchê, 1985, p. 7-12.

SAVARIS, Manoelito Carlos. *Manual do tradicionalismo gaúcho*. Porto Alegre: Movimento Tradicionalista Gaúcho. MTG, 2012.

SILVA, Cláucia Ferreira. *Como a Mulher Tradicionalista é apresentada nas notícias do Jornal Zero Hora*. Monografia de conclusão do curso de Pós- Graduação em História, Comunicação e Memórias do Brasil Contemporâneo. Novo Hamburgo: Feevale, 2007.